

BREVE HISTÓRIA DO CRISTIANISMO PORTUGUÊS

Leandro Laube

Ao que parece, havia, para o português, além do impulso econômico e político, uma forte convicção de que cabia a ele a missão de espalhar o cristianismo pelo mundo, chegando em todos os quadrantes com a cruz em punho, para a glória de Deus. Mas de onde veio tal certeza? Este artigo pretende tecer um painel histórico geral da formação da identidade religiosa lusitana, partindo do reino suevo (no contexto do ocaso romano ocidental) e desembarcando na mestiçagem do Brasil colonial. Esboça o fortalecimento da fé católica na Europa feudal e a importância das ordens militares nos descobrimentos ultramarinos lusitanos e, conseqüentemente, a influência desses avanços nas “verdades” cristãs.

Nos séculos II e III d.C, levas de bárbaros — principalmente os germanos — entravam nos domínios romanos em busca de terras férteis, impelidos pelos ostrogodos, que, por sua vez, eram pressionados pelo avanço dos hunos de Atila. No início o convívio foi pacífico, pois os invasores apresentavam-se apenas como colonos em território imperial, contando, inclusive, as legiões romanas com esses bravos guerreiros. No princípio do século V, porém, iniciam-se os conflitos e diante da dificuldade em expulsar os bárbaros, Honório, soberano do Império Romano do Ocidente, negocia a divisão territorial (no âmbito do presente ensaio a atenção será dirigida apenas à Península Ibérica), de modo que suevos e vândalos ficam com a *Galaecia* (noroeste da península), onde haviam fundado um império em 411; os alanos na *Lusitania* e na *Cartaginense* (região sudoeste) e os vândalos silingos na *Baetica* (centro-sul peninsular). (AMEAL, 1968, p. 24)

Em 416, Honório ordena o ataque aos alanos e vândalos silingos, que se retiram para o norte da África, território que ocupam até 534, quando a região foi reconquistada por Belisário, general de Justiniano. Restaram somente os suevos e os vândalos na península, situação que permaneceria até 492, quando, em guerra contra os primeiros, os vândalos também seriam expulsos para a África. João Ameal comenta: “Os suevos já não têm concorrentes. Durante mais de uma centúria sustenta-se o seu reino na parte noroeste da Península. Alarga-se até o Tejo com a capital em Braga (já sede de um bispado desde Diocleciano) e chama-se Reino de Portu-Cale — do nome de dois castros fronteiros nas margens do Douro”(AMEAL, p. 24).

Em 448, Requiário, imperador suevo, é batizado católico. Nesse período, os visigodos já atravessam os Pireneus vindos da *Gaelia*, após a derrota para os francos. Confrontam-se com os suevos, cujo rei é morto por Teodorico II (imperador visigodo), em 456. Seu sucessor, Remismundo, abandona o cristianismo, adotando o arianismo.

No ano de 507, os visigodos estão definitivamente instalados na *Hispania*. Dominam praticamente toda a península, com exceção da *Galaecia*, território suevo, aproveitando-se do conflito entre estes e os vândalos.

Em 560, o então imperador suevo, Teodomiro, converte-se ao cristianismo juntamente com seu povo. Paralelamente, os visigodos cresceram em poderio, tendo como monarca Leovigildo (ariano), que empreende caça aos católicos incitado por sua mulher, Gosvinta, e por seu próprio fanatismo ariano. Um de seus filhos, Hermenegildo, casado com Ingunda (católica), levanta-se contra o pai, aliando-se aos suevos, mas é derrotado em Sevilha e executado logo após.

Em 585, os visigodos incorporam os suevos, aproveitando-se das cisões e instabilidades internas daquele reino. No ano seguinte, Leovigildo morre, deixando como sucessor Recaredo, seu outro filho, que se converte ao catolicismo — a profissão de fé aconteceu no III Concílio de Toledo, em 589 — e unifica toda a *Hispania* sob a fé católica. Nos anos seguintes, observou-se a amalgamação completa dos hispano-romanos com os godos.

Mais ao leste, uma outra nação também passa por transformações: Maomé consolida seu poder político e econômico e, com um numeroso exército, invade Meca a partir de Medina (630), destruindo todos os ídolos, professando o monoteísmo e a devoção a Alá, único Deus.

Após a morte daquele que viria a ser o profeta de Alá (632), os árabes dão início à *Gihâd* (Guerra Santa), considerando dever de todo muçulmano expandir a fé islâmica, confrontando os infiéis e levando seus domínios a leste e a oeste. Assim, em 638 tomam Jerusalém, em 640 já são senhores do Egito, em 647 chegam a Trípoli¹.

Em 670 constróem a cidade fortificada de *Kairouan*, que dá novo fôlego à expansão muçulmana. Avançam pelo norte da África em direção ao Atlântico, de forma que em 710 já tenham conquistado toda a região do *Magreb* (litoral mediterrâneo africano). O avanço árabe foi tão avassalador, que, conta-se, Ocba Ibn Nafé (conquistador da Mauritânia) entra, montado em seu cavalo,

¹ O avanço deu-se da mesma forma e com o mesmo êxito a oeste, em direção à Índia, tendo chegado às Molucas e Bornéu no século XV

pelo mar exclamando: “Por Deus [Alá], se mais terra houvera, mais tomara!” (AMEAL, p. 27)

A esse tempo, na península ibérica, muitos são os insatisfeitos com os rumos tomados e o império visigoto estala sob inúmeros conflitos internos, enfraquecendo-se de forma irremediável. Então, em 710, incitados pelos traidores, os árabes atravessam o atual Estreito de Gibraltar com quatrocentos homens, no intuito de promover um reconhecimento da região (SPINOSA, 1987, pp. 99-101). Saqueiam e retornam a Tanger. Tal investida serviu como teste à resistência dos visigodos, que mostrou-se debilitada, face às contendas internas. Assim, agora à frente de um copioso exército, o general árabe Tarik desembarca na Espanha, fortifica-se no monte que passaria a ser conhecido por *Geb-al-Tarik* (Gibraltar) e dá início à conquista da península ibérica: Em 711 trava-se sangrenta batalha às margens do Rio Barbate (ao sul de Portugal), em que os ibéricos, sob as ordens de seu imperador Rodrigo, sofrem desastrosa derrota, sendo massacrados pelos árabes.

Após a vitória às margens do Barbate, no mesmo ano os muçulmanos tomam Lisboa e Córdoba. Em 721 ultrapassam os Pireneus e tomam Toulouse (sul da França) e em 732 batem às portas de Poitiers (centro-oeste francês, de onde, derrotados pelos francos, retiram-se para aquém dos Pireneus em 759).

Conquanto o avanço árabe sobre a península ibérica tenha sido implacável, antes mesmo destes ultrapassarem os montes pirenaicos a caminho de Toulouse, teve início o movimento de resistência, a partir das Astúrias (extremo norte espanhol). Ameal marca o início dessa reconquista da Península Ibérica pelos cristãos já em 718, quando estes, liderados por Pelágio, impõem derrota aos muçulmanos na batalha de Covadonga (ou Cangas de Oniz — atual Oviedo). Assim, a Reconquista foi libertando cidades e levando adiante o pendão da cruz.

O processo de reconquista é lento, mas afincado. Em 1150, os reinos de Portugal, Leão e Castela, Navarra e Aragão se definiriam sobre mais da metade da península. Em 1275, somente o reino de Granada permaneceria muçulmano, caindo em 1492. Os árabes estariam, assim, definitivamente expulsos.

Ainda no século X, a igreja atravessa uma série de vicissitudes, pois a Europa está mergulhada em guerras, revoltas e invasões, o feudalismo vem-se estabelecendo essencialmente militar e usurpando as autoridades religiosas, corrupção dentro do próprio clero e ainda a entronização dos Papas João X, João XI e João XII sob

influências oligárquicas. Para a Igreja é urgente a restauração a partir de seu próprio interior. Com esse fim, no início do século, foi fundado um mosteiro em Cluny (França) cuja função era a formação beneditina, que deveria contribuir com um novo alento à grandiosidade da obra religiosa. Bernon foi o fundador e primeiro Abade de Cluny e seu sucessor, Odão, com o apoio do Papa, fundou diversos outros mosteiros, todos sob controle de Cluny; o que deu origem a uma congregação armada que continuou sendo ampliada pelos Abades seguintes.

A força e o prestígio de Cluny tornam-se tais, que passam a influenciar largamente os assuntos da igreja, que neles confia quase que cegamente. Mesmo os Papas freqüentemente aconselham-se com os dirigentes da congregação.

A partir daí contaram-se trinta e quatro expedições francesas contra os infiéis em solo espanhol, estimuladas por Cluny. Uma delas foi em 1087, quando Afonso VI, rei de Leão, enfrentava os mouros em condições preocupantes e solicita ajuda. Sob a influência da Ordem, em socorro atendem os franceses Eudo (duque de Borgonha), Henrique de Borgonha (irmão de Eudo) e Raimundo (conde de Amous).

Henrique de Borgonha recebe em casamento a mão de Teresa, filha de Afonso VI, e anos mais tarde o Condado Portucalense, em agradecimento ao apoio prestado e no intuito de descentralizar o poder militar, colocando diante dos sarracenos "chefes investidos de autoridade bastante para lhes repelir os assaltos" (AMEAL, p. 39).

Mesmo não havendo documentos que atestem a doação das terras, o que levou alguns historiadores a supor tratar-se do dote de D. Teresa, um diploma datado de 1099 prova que o condado "foi uma verdadeira doação de senhorio e nela se envolveram, expressa e tacitamente, amplos direitos soberanos" (*in* COSTA, ?, p. 50). Contudo, o direito sobre o território era hereditário, mas não-autônomo. E justamente o filho da união entre D. Henrique e D. Teresa, Afonso Henriques, é quem dará início ao processo da emancipação portuguesa.

Com a morte de D. Afonso VI (1109) o reino leonês entra em um processo sucessório em que quem sobe ao trono é D. Urraca. Com a morte desta, em 1127, quem assume o poder é seu filho, Afonso VII. D. Henrique morre em 1112² (COSTA, p. 52) e quem assume o condado é D. Teresa, que passa a intitular-se *Regina Tarasia de Portugal*, o que certamente, soa como afronta ao novo monarca leonês.

² Data não aceita como precisa entre os estudiosos

Em 1127 Afonso VII exige obediência a Teresa e Afonso Henriques, que se submetem, provavelmente pela falta de coesão das forças portugalenses. Mas, no ano seguinte irrompe o confronto entre mãe e filho. D. Teresa alia-se ao leonês Fernando Peres de Trava em combate no qual saem derrotados, retirando-se para a Galiza.

Aqui começa uma longa luta diplomática e militar pela emancipação portuguesa, posto que o condado estava ligado por laços de vassalagem ao reino leonês e apenas o Papa poderia quebrá-los. Isso acontece somente em 1197, quando o Papa Alexandre III reconhece a hereditariedade da Coroa e o direito sobre os territórios conquistados aos mouros, desde que esses não pertencessem aos príncipes cristãos vizinhos, na Bula *Manifestis Probatum*, "com todos os poderes dos nossos ofícios apostólicos" (COSTA, p. 59).

Avançando no tempo, chega-se a 1261; ano de nascimento de D. Diónisos (D. Dinis), o "Rey Poeta" (PINTO, 1982, p. 30). A passagem desse monarca (que recebeu o poder aos 14 anos) pelo trono português foi marcada desde o início: Na questão da sucessão à Coroa, devido à sua ilegitimidade tanto civil quanto canônica e durante seu reinado, pelas obras e posturas que muito encantaram tanto seu povo quanto os príncipes europeus.

Após Cluny, novas Ordens religiosas militares, verdadeiras forças internacionais, foram criadas em território europeu no intuito da ação onde quer que se lhes necessitassem no combate aos infieis muçulmanos. A Ordem dos Templários, dos Hospitalários e de Santiago da Espada são algumas das mais importantes.

Havia o risco de a Ordem de Santiago da Espada (criada em 1161 para proteger os peregrinos de Compostela) cair em comando de algum estranho ao sangue português, o que, de forma alguma, era visto com bons olhos por D. Dinis, uma vez que, pela influência política e militar de que dispunha a Ordem, poderiam advir ingerências no terreno da autoridade temporal. Assim, por meio de estratagemas diplomáticas, D. Dinis consegue com o Papa João XXII que os freis espatários desfrutem de relativa autonomia.

A Ordem dos Templários, com o tempo, converte-se, praticamente, em banco, adquirindo créditos de grande número de reis, príncipes e nobres europeus. Desta forma, a Ordem expande seu poder e influência, tornando-se alvo de artimanhas que culminariam com as acusações de heresia, corrupção, usura e desonestidade. O Papa Clemente V (o *Pastor sem Fé*, do inferno de Dante), em 1312, acata os pedidos de

intervenção e extingue a Ordem, além de promover grande número de "purificações" de almas templárias pelo brasume inquisitorial.

A bravura desses freis, contudo, parece ter sido inquestionável, conforme o relato de Alexandre Herculano:

Os esquadrões do Templo ao formarem para a batalha, guardavam profundo silêncio (...). À voz do mestre uma trombeta dava o sinal de combate, e os freires, erguendo os olhos ao céu, entoavam o hino de David: Não a nós, Senhor, não a nós! mas dá glória ao teu nome! — Então, abaixando as lanças e esporeando os ginetes, arrojavam-se ao inimigo, como a tempestade envoltos em turbilhões de pó. Primeiros a ferir, eram os últimos a retirar-se quando assim lho ordenavam. Desprezando os combates singulares, preferiam acometer as colunas cerradas, e para eles não havia recuar: ou as dispersavam ou morriam. A morte era, de feito, mais bela para o templário, que a vida comprada com covardia. (*In AMEAL*, p. 319)

Com a supressão da Ordem, no entanto, os bens dos cavaleiros do templo deveriam reverter à Ordem dos Hospitalários. D. Dinis, cômico da importância de manter-se no exército tão valorosos e destemidos cavaleiros e, ainda, interessado nas posses da Ordem sob as quais ambicionava manter o domínio, consegue, após longas negociações com o Papa João XXII, a fundação da Ordem de Cristo, justificando com a necessidade de manter-se suficientemente guarnecida a fronteira dos Algarves contra a ameaça constante dos árabes. O Papa expede a tão desejada bula em 1319 e logo D. Dinis instala a nova Ordem.

Na verdade, tudo não passa de uma bem sucedida artimanha, em que todo o patrimônio templário é repassado à Ordem de Cristo, que conta em suas fileiras com os mesmos integrantes da Cavalaria do Templo; ou seja, mantinha-se a Ordem, com outro nome e fortalecida.

Findas as cruzadas, expulsos os infiéis do Islã, as Ordens religiosas tornam-se grandes organizações corporativas. Algumas rurais, algumas de ensino, outras militares (como as de Cavalaria). A Ordem de Cristo seria a grande corporação responsável pelos descobrimentos, criada para expandir o Império e a Fé. (*AMEAL*, p. 322)

Os guerreiros dos campos de batalha trocariam os seus ginetes pelos lenhos das caravelas; e cavalgando agora as ondas do grande mar-oceano iriam ser os cavaleiros do mar, em busca de novas terras para alargarem o reino de Cristo!

E a cruz dos seus freires, marcada a sangue nos panos enfunados das caravelas, levaria o reino de Cristo e a expansão da civilização portuguesa aos 4 continentes do Mundo. (AMEAL, p. 322)

Fica claro, pelos relatos de devoção a Deus em todos os momentos, que o homem representativo desse momento histórico, mesmo não sendo melhor que os de hoje, ao contrário destes tinha o olhar fixo em um objetivo maior, que estava além de suas quimeras temporais. Para Ameal, "concebem-se como seres criados, em permanente dependência e obediência ante o Criador" (AMEAL, p. 183).

É certo que a benevolência do Deus medieval era um tanto questionável, bem como a conduta de seus representantes terrenos. Contudo, os nobres cavaleiros cristãos, no caso deste ensaio os portugueses, definitivamente colocavam-se a serviço de Deus. Pode-se representar todo o pensamento medieval nestas poucas palavras: "A serviço de Deus".

Os espanhóis chegaram à unificação somente depois da expulsão definitiva dos mouros, no final do século XV (1492). Contudo, os portugueses já haviam formado seu Estado nacional ainda no século XII, constituindo-se, pois, no primeiro Estado Moderno; motivo pelo qual, provavelmente, pôde lançar-se ao mar antes, no primeiro meado do século XIV.

Em 1412, o infante D. Henrique deu início à busca por novas terras em que pudesse expandir o império e ampliar a fé cristã. No ano de 1415 foi fundada a Escola de Sagres, o primeiro centro de estudos náuticos do mundo. O trampolim para o lançamento ao mar foi a conquista de Ceuta, em 1415. Em 1418, o papa Martinho V atribuiu à expansão portuguesa na África a condição de Cruzada, na luta contra os infiéis e na expansão da Igreja.

Contudo, a Igreja apresentava crescentes dissensões internas, motivadas pelo desvio da essência religiosa e pela corrupção que havia tomado conta do clero, desde o século XII. Com efeito, até o século XVI, falar-se em cristianismo era falar em catolicismo. Mas a crise institucional culminou com a cisão da Igreja em outras tais (dentre elas a calvinista, luterana e anglicana), que o papa Paulo III, em 1538, fez publicar uma autocrítica à lassidão de princípios do clero, dando início à contra-reforma, processo no qual a Cia. de Jesus, fundada em 1534 e reconhecida pelo papa seis anos depois, teve papel importante. Os primeiros jesuítas chegaram a Portugal somente nesse ano (1536).

A recém reconhecida Ordem, criada em bases militares, lançou-se ao ensino e à catequese. Não tardou a mostrar a que veio: De 1541 a 1642, os jesuítas chegaram a locais tão remotos quanto pudessem alcançar pelos cantos do mundo.

Em 1419 os portugueses descobrem e ocupam as ilhas do Porto Santo e Madeira, em 1424 segue a primeira expedição às Canárias (com a segunda no ano seguinte). Em 1427 descobrem Açores, em 1444 chegam até Cabo Verde, em 1445 à Gâmbia. Em 1460 e 1461 desvelaram as ilhas do arquipélago de Cabo Verde, em 1488 Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, em 1498 Vasco da Gama alcançou Calicute (Índia), em 1500 o Brasil foi oficialmente descoberto... E, nesse período, Portugal atingiu o auge expansionista:

Quase toda a costa africana, a costa asiática entre Ormuz e Macau, grande parte da costa americana do sul e inúmeras ilhas pelos mares longínquos estão sob o domínio de nossa bandeira, abertas à acção [sic] e ao tráfico das nossas armadas. (AMEAL, p. 271)

Portugal ostenta os seus troféus maravilhosos, o produto dos seus descobrimentos e conquistas. A Cruz ilumina-lhe os périplos audazes de um extremo ao outro do Globo. Todos os países representados na Corte Vaticana saúdam o esplendor desse povo-chefe que deu ao Mundo novos mundos e os coloca, cheio de entusiasmo e fé, aos pés de Deus. (AMEAL, p. 262)

Não obstante os interesses econômicos e políticos da época — que não serão abordados aqui, por serem tão claros quanto fora do âmbito do presente ensaio —, não se pode deixar de considerar que, como visto, para o europeu a política de descobrimentos e colonização de novos mundos tinha um forte apelo e motivação religiosos. Não por acaso os navegadores portugueses marcavam suas descobertas ultramarinas com cruces ou marcos contendo tal emblema junto às armas nacionais e ao sinete real. Cabia ao cristão fiel a tarefa sagrada de levar a palavra de Deus e a salvação aos pagãos e infiéis, seja onde fossem encontrados, e o explorador português sentia-se assim predestinado. Cria promover um grande bem com a implementação de sua política civilizatória e evangelizadora (estes dois aspectos sempre vistos conjuntamente). Portanto, em última instância, a fé cristã legitimava a colonização, a exploração e o aportuguesamento das nações.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMEAL, J. **História de Portugal - das origens até 1940**. 6ª edição, Porto: Livraria Tavares Martins, 1968.

CISALPINO, M. **Religiões**. São Paulo: Scipione, 1994.

COSTA, M. F. **Assim Nasceu Portugal**. Rio de Janeiro: Casa da Medalha, ?.

PINTO, A. C. **Diónisos: Poeta e Rey**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

SPINOSA, F. **Antologia de Textos Históricos Medievais**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1987.